

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.131 - SP (2020/0264294-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOAQUIM AGUIAR DA SILVA**  
**ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO COTRIM BORGES - SP093091**  
**MATEUS CLAUDIO DA SILVA - SP376186**  
**AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : CARLOS HENRIQUE GIUNCO - SP131113**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por JOAQUIM AGUIAR DA SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO MORTE DE PRESO EM PENITENCIÁRIA Dever de vigilância do Estado reconhecido Dano moral comprovado Precedentes do C.STJ, do C.STF, e desta C. 9ª Câmara de Direito Público desta Corte Arbitramento em valor de acordo com os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade Correção monetária e Juros moratórios que deverão observar os termos do que foi decidido definitivamente no Tema nº 810 do E. STF, e no Tema nº 905 do C. STJ Reforma da sentença de improcedência Recurso do autor provido.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação dos arts. 186, 927 e 944 do CC, além de divergência jurisprudencial, no que concerne ao valor da indenização dos danos morais, trazendo o seguinte argumento:

Uma vez sendo reconhecido a culpa do recorrido no evento danoso em tela, pelo E. Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, com a fixação de valor indenizatório tão somente em R\$ 20.000,00, conclui-se que tal montante não é suficiente para compensar a dor da vítima, tampouco imputar punição ao agente causador, de maneira satisfatória a impedi-lo em condutas reiteradas em face de terceiro. (fls. 313).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

Assim, uma vez comprovados o dano e o nexo de causalidade

em relação à omissão do Estado quanto ao seu dever de vigilância, cumpre arbitrar o valor do dano moral no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o qual se revela adequado para recompensar a perda sofrida pelo autor apelante, e também de acordo com os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que a reparação por dano moral situa-se no plano satisfatório e não no enriquecimento injustificado, ou seja, a satisfação se dará na justa medida do abalo sofrido, sem, contudo, gerar enriquecimento sem causa e também sem deixar impune o ente público Estadual pelos danos efetivamente produzidos, seja por ato comissivo ou omissivo (fls. 307).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte”. (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator inistro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 8/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.672.112/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp 1.533.714/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 28/8/2020; e AgInt no AREsp 1.533.913/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 31/8/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrido". (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente